

# Oposição deverá voltar a participar do CDDPH

SECRETO

A oposição deverá participar da próxima reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, órgão vinculado ao Ministério da Justiça e do qual fazem parte também representantes da ABI e OAB. Afastados do Conselho, desde a época em que suas reuniões se tornaram secretas, os oposicionistas, hoje divididos em quatro partidos, serão representados pelo PMDB, através de seus líderes Marcos Freire (Senado) e Odacir Klein (Câmara).

Por enquanto, apenas a bancada do partido no Senado aprovou essa participação, mas a maioria dos deputados mostra-se favoráveis à idéia, principalmente depois do apelo feito pela viúva do ex-deputado Rubem Paiva e que foi transmitida ao PMDB pelo prêmio Nobel da Paz, Adolfo Peres Esquivel, durante sua estada no Brasil.

Além do caráter secreto das reuniões, a vinculação direta do órgão ao Ministério da Justiça tem sido o principal obstáculo apontado pela oposição ao negar-se a integrar o CDDPH. O atentado ao jornal "Tribuna da Imprensa", somado às explosões sofridas pela própria OAB e pela Câmara Municipal do Rio, ocorridas no ano passado, constituem um forte argumento para que as oposições cobrem do governo uma medida mais eficaz para combater a escalada terrorista no país.

## IMPASSE

O PMDB será o representante das oposições, já que tem o maior número de parlamentares do que o PP, PDT, PT e PTB, e por isso, seus líderes representam a minoria.

Essa norma que aparentemente poderia criar impasse, pois não se tem ainda a definição oficial das bancadas dos demais partidos, na realidade aumenta ainda mais a pressão para que a oposição participe das reuniões do Conselho. Setores do PP e do PDT, com base nesse argumento, já começam a acusar o PMDB de, assumindo uma posição contrária, impedir o acesso dos demais.

Os que defendem a participação da oposição no Conselho, como o deputado Walter Silva (PMDB-RJ), acham que o PMDB pode quebrar o caráter secreto das reuniões. "Se os nossos representantes — indaga — saírem da reunião e contarem tudo à imprensa, por acaso serão expulsos?". Esse mesmo argumento foi utilizado por grande parte dos senadores que aprovou a participação do líder Marcos Freire.

Contudo, os quatro partidos de oposição só deverão oficializar sua participação no CDDPH na próxima semana, quando suas respectivas bancadas se reunirão para discutir o assunto. Apesar disso, é considerada quase certa essa participação, uma vez que a partir de ontem as entidades classistas diretamente interessadas no assunto por causa de violações dos direitos humanos sofridos por seus membros, como é o caso da ABI e OAB, começaram a fazer apelos para que os partidos políticos não se omitam de integrar um órgão que, apesar de suas conhecidas limitações, ainda é a via mais direta que tem para fazer chegar ao governo as constantes denúncias que recebem e os pedidos de esclarecimentos de fatos passados.

Um desses apelos foi transmitido ao presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, um dos que sempre se mostraram contra a participação da oposição, por considerar o Conselho "um apêndice do Ministério da Justiça". O presidente do PP, senador Tancredo Neves, segundo revelações de seus companheiros, se sentiria muito constrangido em vetar o acesso das oposições ao CDDPH, pois "na hora em que o terrorismo atinge, em toda a sua violência, a consciência democrática da Nação, acima de sequelas partidárias temos procurado o governo para exigir providências imediatas", como ocorreu anteontem quando ele e mais dois oposicionistas estiveram no Ministério da Justiça para tratar do atentado à "Tribuna da Imprensa".